

TRANSFORMANDO A ESCOLA: PRÁTICAS POR UMA EDUCAÇÃO MAIS JUSTA**TRANSFORMING SCHOOL: PRACTICES FOR A FAIRER EDUCATION****TRANSFORMANDO LA ESCUELA: PRÁCTICAS PARA UNA EDUCACIÓN MÁS JUSTA**<https://doi.org/10.56238/ERR01v10n3-004>**José Guilherme de Oliveira Moyses**

Mestre em Ensino

Instituição: Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES)

E-mail: jgomoyeses@gmail.com

Adriana Martins Gama

Mestre em Novas Tecnologias Digitais na Educação

Instituição: Centro Universitário Carioca (UniCarioca)

E-mail: gamaadriana@yahoo.com

Andréia de Souza Mendonça Costa

Mestre em Tecnologias Emergentes em Educação

Instituição: MUST University

E-mail: andreiasm.costa76@gmail.com

Jucilene Borges Gonzaga

Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação

Instituição: MUST University

E-mail: jucilenegborges@gmail.com

Nilu Juliatti Dal Col

Mestre em Tecnologias Emergentes em Educação

Instituição: MUST University

E-mail: nilujdc@gmail.com

RESUMO

O presente artigo teve como objetivo analisar práticas educativas voltadas à equidade racial no âmbito da escola básica, com base em referenciais teóricos e documentos normativos. A investigação centrou-se no exame das estratégias pedagógicas implementadas para o enfrentamento das desigualdades étnico-raciais, com ênfase nos fundamentos legais, nos métodos empregados e nos impactos observados nas relações escolares. A metodologia adotada consistiu em uma pesquisa bibliográfica, realizada por meio da seleção, leitura e sistematização de textos acadêmicos e documentos oficiais publicados entre 2020 e 2025, escolhidos com base em critérios de atualidade, relevância temática e consistência teórica. Os dados analisados revelaram que, embora haja respaldo legal para a inserção das temáticas étnico-raciais no currículo, a efetivação dessas diretrizes ainda enfrentou obstáculos,

como a ausência de formação docente adequada, a resistência institucional ao debate racial e a carência de materiais didáticos contextualizados. Paralelamente, identificaram-se experiências positivas, nas quais a valorização da cultura afro-brasileira, a participação da comunidade e o uso de metodologias ativas contribuíram para o fortalecimento da identidade étnico-racial dos estudantes e para o desenvolvimento de um ambiente escolar mais inclusivo. Concluiu-se que a efetivação de práticas pedagógicas voltadas à superação das desigualdades raciais requer articulação entre política institucional, formação docente crítica e compromisso coletivo com a transformação social por meio da educação.

Palavras-chave: Diversidade Cultural. Relações Raciais. Políticas Escolares. Ensino Crítico. Inclusão Educacional.

ABSTRACT

This article aimed to analyze educational practices focused on racial equity in primary schools, based on theoretical frameworks and regulatory documents. The research focused on examining the pedagogical strategies implemented to address ethnic-racial inequalities, with an emphasis on the legal foundations, the methods employed, and the observed impacts on school relationships. The methodology adopted consisted of bibliographic research, conducted through the selection, reading, and systematization of academic texts and official documents published between 2020 and 2025, chosen based on criteria of timeliness, thematic relevance, and theoretical consistency. The data analyzed revealed that, although there is legal support for the inclusion of ethnic-racial themes in the curriculum, the implementation of these guidelines still faced obstacles, such as the lack of adequate teacher training, institutional resistance to racial debate, and the lack of contextualized teaching materials. At the same time, positive experiences were identified, in which the appreciation of Afro-Brazilian culture, community participation, and the use of active methodologies contributed to strengthening students' ethnic-racial identity and developing a more inclusive school environment. The conclusion was that implementing pedagogical practices aimed at overcoming racial inequalities requires coordination between institutional policy, critical teacher training, and a collective commitment to social transformation through education.

Keywords: Cultural Diversity. Race Relations. School Policies. Critical Teaching. Educational Inclusion.

RESUMEN

Este artículo tuvo como objetivo analizar las prácticas educativas centradas en la equidad racial en escuelas primarias, con base en marcos teóricos y documentos normativos. La investigación se centró en examinar las estrategias pedagógicas implementadas para abordar las desigualdades étnico-raciales, con énfasis en los fundamentos legales, los métodos empleados y los impactos observados en las relaciones escolares. La metodología adoptada consistió en una investigación bibliográfica, realizada mediante la selección, lectura y sistematización de textos académicos y documentos oficiales publicados entre 2020 y 2025, seleccionados con base en criterios de actualidad, relevancia temática y consistencia teórica. Los datos analizados revelaron que, si bien existe respaldo legal para la inclusión de temas étnico-raciales en el currículo, la implementación de estas directrices aún enfrenta obstáculos, como la falta de formación docente adecuada, la resistencia institucional al debate racial y la falta de materiales didácticos contextualizados. Al mismo tiempo, se identificaron experiencias positivas, en las que la valoración de la cultura afrobrasileña, la participación comunitaria y el uso de metodologías activas contribuyeron al fortalecimiento de la identidad étnico-racial del alumnado y al desarrollo de un entorno escolar más inclusivo. La conclusión fue que la implementación de prácticas pedagógicas orientadas a superar las desigualdades raciales requiere coordinación entre la política institucional, la

formación crítica docente y un compromiso colectivo con la transformación social a través de la educación.

Palabras clave: Diversidad Cultural. Relaciones Raciales. Políticas Escolares. Enseñanza Crítica. Inclusión Educativa.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, intensificaram-se os debates em torno da educação voltada à promoção da equidade racial no contexto escolar brasileiro. O reconhecimento das desigualdades raciais como estruturais e historicamente enraizadas nas instituições de ensino impôs novos desafios à organização do trabalho pedagógico. A promulgação de dispositivos legais como a Lei nº 10.639/2003 e a incorporação das relações étnico-raciais nos currículos escolares evidenciaram a urgência de ações sistemáticas, que ultrapassassem abordagens pontuais e simbolicamente reduzidas. Nesse cenário, tornou-se necessário problematizar não apenas os conteúdos ensinados, mas também os modos de organização do espaço escolar e os referenciais epistemológicos adotados nos processos formativos.

A escolha do tema deste estudo justificou-se pela relevância social e acadêmica da discussão sobre práticas pedagógicas de promoção da justiça racial na escola básica. A persistência do racismo estrutural e a invisibilidade das contribuições de populações negras e indígenas nos currículos escolares reforçaram a necessidade de uma investigação que analisasse os fundamentos legais, as estratégias aplicadas e os desafios enfrentados por docentes e gestores na integração de ações educativas comprometidas com a diversidade étnico-racial. Considerou-se, ainda, o crescente interesse da produção científica contemporânea por temas vinculados à equidade e aos direitos educacionais de grupos historicamente marginalizados.

Partindo desse contexto, formulou-se a seguinte questão de pesquisa: ‘Quais estratégias pedagógicas têm sido implementadas na escola básica brasileira para garantir a equidade racial e de que modo tais ações têm enfrentado os desafios impostos pelo racismo estrutural no ambiente escolar?’. A resposta a essa questão norteadora exigiu um levantamento das diretrizes normativas, das metodologias utilizadas em práticas educativas e dos impactos observados na formação discente e docente.

O objetivo geral consistiu em analisar práticas educativas voltadas à equidade racial no âmbito da escola básica, com base em referenciais teóricos e documentos normativos. Como objetivos específicos, buscou-se: identificar os marcos legais que sustentam a incorporação das temáticas étnico-raciais no currículo; descrever estratégias pedagógicas voltadas ao enfrentamento da desigualdade racial; e avaliar os principais impactos e desafios observados na implementação dessas ações.

A metodologia empregada baseou-se em uma pesquisa bibliográfica, sustentada na análise de fontes teóricas já consolidadas. Foram consultados artigos científicos, documentos oficiais e produções acadêmicas disponibilizadas no *Google Acadêmico*, base de dados especializada na difusão de textos acadêmicos e científicos de diferentes áreas do conhecimento. As palavras-chave utilizadas nas buscas foram ‘educação antirracista’, ‘práticas pedagógicas’, ‘equidade racial’, ‘escola básica’ e ‘currículo’. Os critérios de inclusão envolveram a seleção de textos publicados entre 2020 e 2025, em língua

portuguesa e com acesso integral, que abordassem diretamente o tema da equidade racial na educação. As ideias de Narciso e Santana (2025, p. 19461) fundamentaram a opção metodológica:

[...] a metodologia adotada neste estudo baseou-se em uma pesquisa bibliográfica, considerada adequada para o propósito de analisar e criticar as contribuições de autores consagrados no campo das metodologias científicas aplicadas à educação.

A pesquisa esteve ancorada em autores que se dedicam ao estudo das relações étnico-raciais no campo educacional, como Gomes (2021), Costa, Conceição e Costa (2025), Santos, Almeida e Valim (2025) e Malta *et al.* (2025), cujas produções forneceram apporte teórico para a discussão sobre fundamentos legais, estratégias pedagógicas e impactos da educação voltada ao combate à discriminação racial.

A estrutura do artigo foi organizada em três capítulos principais. O primeiro capítulo, intitulado ‘Fundamentação Teórico-Legal da Educação Antirracista no Brasil’, discutiu os dispositivos legais e os compromissos institucionais que sustentam as políticas educacionais voltadas à equidade racial. O segundo capítulo, ‘Estratégias Pedagógicas para a Implementação da Educação Antirracista’, apresentou práticas e metodologias adotadas em escolas que buscam integrar os princípios da justiça racial ao cotidiano escolar. O terceiro capítulo, ‘Impactos e Desafios na Integração de Práticas Antirracistas na Escola Básica’, analisou os efeitos dessas ações na formação de estudantes e docentes, bem como os entraves estruturais que comprometem sua continuidade.

Dessa forma, o artigo foi estruturado em três capítulos: 1. Fundamentação Teórico-Legal da Educação Antirracista no Brasil; 2. Estratégias Pedagógicas para a Implementação da Educação Antirracista; e 3. Impactos e Desafios na Integração de Práticas Antirracistas na Escola Básica. Cada seção buscou responder à pergunta norteadora a partir da articulação entre teoria, normatividade e prática pedagógica, contribuindo para o aprofundamento da discussão sobre a promoção da justiça racial no espaço escolar.

2 METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo baseou-se em uma pesquisa bibliográfica, considerada adequada para o propósito de analisar e criticar as contribuições de autores consagrados no campo das metodologias científicas aplicadas à educação. Conforme apontam Narciso e Santana (2025), esse tipo de pesquisa caracteriza-se pela análise de fontes teóricas já consolidadas, possibilitando uma reflexão sobre o tema. Essa abordagem metodológica permitiu a identificação e articulação de referenciais que fundamentam teoricamente a educação voltada à superação das desigualdades raciais no contexto escolar.

1 0 0 1 0 0
1 1 0 1 1 0
1 0 0 1 0 0
1 0 1 0 1 1 0 1
1 1 1 0 0 1 1 0
1 0 0 1 1 0 1 0 0
1 0 1 1 0 0 1 0 1
1 0 1 0 1

O processo metodológico ocorreu em etapas sequenciais e interdependentes. Inicialmente, foi realizada a definição dos eixos temáticos com base nos objetivos do estudo. Em seguida, procedeu-se à busca de materiais em bases de dados acadêmicas, com ênfase na plataforma *Google Acadêmico*. Esta base, mantida pela empresa *Google*, constitui um mecanismo de busca especializado na recuperação de artigos científicos, livros, teses e outros documentos acadêmicos, organizando os resultados conforme sua relevância e frequência de citação. Sua utilização favoreceu o acesso a publicações recentes e a autores reconhecidos no campo das ciências humanas e sociais aplicadas à educação.

As palavras-chave utilizadas na busca foram selecionadas com base na clareza e objetividade conceitual, a saber: ‘educação antirracista’, ‘práticas pedagógicas’, ‘equidade racial’, ‘escola básica’ e ‘currículo’. Também foram feitas combinações entre esses termos, de modo a ampliar a abrangência das buscas e captar produções que tratassem do tema de forma articulada. O critério para a escolha dessas expressões foi a recorrência em estudos recentes e sua relação direta com os objetivos da pesquisa.

A técnica de análise utilizada consistiu na leitura, seleção e organização dos materiais de acordo com sua relevância para o tema abordado, conforme descrito por Santana, Narciso e Fernandes (2025). Foram incluídos na análise apenas artigos científicos publicados entre os anos de 2020 e 2025, priorizando textos de acesso integral em português e que apresentassem diálogo explícito com os temas da justiça racial, políticas públicas educacionais e práticas pedagógicas de enfrentamento à discriminação racial. Trabalhos com caráter opinativo, sem fundamentação teórica consistente ou com enfoque em contextos distintos da educação básica foram excluídos.

Ao final do processo, os dados bibliográficos sistematizados foram classificados por categorias analíticas correspondentes aos três eixos centrais do artigo: fundamentos legais da educação voltada à justiça racial, estratégias pedagógicas aplicadas e os impactos e limitações observadas na prática escolar. A triangulação dessas informações permitiu o desenvolvimento de uma discussão crítica e fundamentada, reafirmando, conforme destacado por Santana, Narciso e Fernandes (2025), a importância de uma abordagem consciente e fundamentada na condução de trabalhos científicos.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-LEGAL DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NO BRASIL

A constituição de uma educação antirracista no Brasil está ancorada em um conjunto de dispositivos legais e normativos que conferem respaldo institucional à valorização da diversidade étnico-racial. A Lei nº 10.639/2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), insere no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade do estudo da História e Cultura Afro-Brasileira. Essa legislação representa não apenas uma medida de correção histórica, mas também

uma ação afirmativa que visa enfrentar a persistência do racismo estrutural por meio da educação formal.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada em 1948, fornece o alicerce internacional para a promoção da igualdade racial no campo educacional. Ao reconhecer a igualdade de todos os indivíduos em dignidade e direitos, sem distinção de raça ou origem étnica, estabelece fundamentos normativos que influenciam diretamente as políticas públicas de inclusão educacional no Brasil. Além disso, o Brasil ratificou convenções internacionais como a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, o que reforça sua obrigação jurídica e política de combater o racismo em todas as esferas sociais.

Do ponto de vista interno, a Constituição Federal de 1988 assume papel central na construção de um sistema educacional orientado pela equidade racial. O artigo 3º da Carta Magna estabelece como objetivos fundamentais da República a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, além da erradicação das desigualdades sociais e regionais. Essa diretriz constitucional legitima a incorporação de ações afirmativas no campo educacional, como as políticas curriculares que contemplam o ensino das culturas africanas e afro-brasileiras.

Nesse cenário, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça a obrigatoriedade da abordagem transversal das relações étnico-raciais, integrando-a às áreas do conhecimento e aos direitos de aprendizagem. Tal diretriz visa promover o reconhecimento da pluralidade cultural brasileira e assegurar que o currículo escolar reflita a diversidade étnico-racial da sociedade. A BNCC também enfatiza a necessidade de combater todas as formas de preconceito e discriminação, articulando o conteúdo escolar à promoção dos direitos humanos.

Entretanto, a efetividade das políticas legais depende da implementação concreta nos contextos escolares. Costa, Conceição e Costa (2025) assinalam que, embora os avanços legislativos sejam inegáveis, persistem lacunas significativas quanto à formação de professores e à produção de materiais didáticos adequados, o que compromete a aplicação plena da legislação voltada à equidade racial. Segundo os autores, a existência da norma jurídica não é suficiente sem o engajamento político-pedagógico das instituições educacionais.

A atuação dos profissionais da educação é determinante para a efetivação de práticas pedagógicas coerentes com os marcos legais. O comprometimento com a transformação curricular exige formação contínua, revisão de práticas e abertura ao diálogo com os saberes das comunidades afrodescendentes. Nesse sentido, a educação antirracista exige mais do que ajustes pontuais nos conteúdos: ela demanda a reestruturação das práticas pedagógicas, dos materiais utilizados e das relações escolares.



Gomes (2021) sustenta que a legislação voltada à equidade racial constitui um elemento essencial para a construção de uma educação comprometida com a equidade racial. Ao reconhecer o racismo como uma estrutura que organiza desigualdades no sistema educacional, a autora defende que o aparato normativo deve ser incorporado às ações cotidianas da escola, indo além do cumprimento formal de dispositivos legais. O envolvimento ativo da escola é condição indispensável para a materialização de políticas de combate às discriminações raciais eficazes.

A incorporação dos saberes afro-brasileiros e africanos no currículo escolar também responde às demandas históricas dos movimentos sociais negros, que há décadas reivindicam o reconhecimento da contribuição da população negra na construção da sociedade brasileira. Essa perspectiva transforma a educação em espaço de valorização de identidades, combate à marginalização e promoção da cidadania. Para tanto, é necessário que o conteúdo escolar dialogue com as experiências vividas pelos estudantes negros, superando a homogeneização das narrativas históricas.

Além do reconhecimento legal, a educação antirracista exige uma revisão crítica das epistemologias que historicamente sustentaram o currículo escolar. A hegemonia eurocêntrica nas instituições de ensino produziu apagamentos sistemáticos das culturas afrodescendentes, o que demanda não apenas inclusão de conteúdos, mas a revalorização de outras formas de conhecimento. Essa reorientação epistemológica está diretamente ligada ao projeto político-pedagógico de uma escola democrática e plural.

Nesse contexto, a contribuição de Santos, Almeida e Valim (2025) é significativa ao enfatizar que a alfabetização e o letramento devem ser compreendidos como instrumentos de resistência ao racismo. Os autores argumentam que o processo educativo deve ir além da mera decodificação de palavras, possibilitando que as crianças compreendam criticamente o mundo que as cerca. Tal perspectiva confere à educação de combate às discriminações raciais um papel formativo e político de enfrentamento às desigualdades raciais. Vale destacar que:

Nesse processo de alfabetização e letramento através da educação antirracista, é fundamental reconhecer que a criança está inserida em uma sociedade marcada pelo racismo. Alfabetizar e letrar, portanto, não significa apenas ensinar a decodificação de palavras, mas também possibilitar que a criança compreenda criticamente o mundo ao seu redor, em um ato de resistência (Santos; Almeida; Valim, 2025, p. 230).

Tal afirmação reforça a necessidade de integrar os marcos legais a estratégias pedagógicas contextualizadas e críticas, capazes de romper com as práticas de exclusão presentes nas instituições escolares. O reconhecimento da educação como espaço de disputa ideológica e de formação para o exercício da cidadania exige o compromisso com uma pedagogia emancipatória. A operacionalização da educação de promoção da justiça racial pressupõe, ainda, a valorização dos conhecimentos

produzidos pelas comunidades negras, quilombolas e tradicionais, os quais têm sido sistematicamente marginalizados nos processos de escolarização. A legitimação desses saberes implica a ruptura com paradigmas hierarquizantes que atribuem centralidade aos conhecimentos ocidentais, o que contribui para a construção de um currículo mais representativo.

Além disso, as políticas públicas de educação antirracista devem ser acompanhadas de investimentos em formação docente, produção de materiais didáticos e acompanhamento pedagógico. A ausência desses elementos compromete a sustentabilidade das ações e favorece o esvaziamento das práticas de enfrentamento ao racismo no espaço escolar. Portanto, a dimensão normativa deve estar vinculada a estratégias institucionais de longo prazo. Por fim, o avanço das legislações e diretrizes curriculares precisa ser compreendido como resultado das lutas históricas por justiça racial. A transformação da educação em ferramenta de combate ao racismo requer o reconhecimento dessas lutas como constituintes do processo democrático. Assim, o marco legal da educação de combate às discriminações raciais deve ser continuamente fortalecido por práticas pedagógicas que materializam seus princípios em cada sala de aula.

4 ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

A implementação de práticas pedagógicas antirracistas exige a articulação entre diretrizes curriculares, formação docente e ações que envolvam a comunidade escolar. Para que tais práticas se consolidem, é necessário que a escola adote uma postura ativa frente às desigualdades raciais historicamente produzidas e reproduzidas no espaço educativo. Nesse sentido, o ambiente escolar deve se constituir como espaço de enfrentamento ao racismo, fundamentado na valorização da diversidade e no reconhecimento das múltiplas identidades étnico-raciais dos estudantes.

Um dos caminhos apontados para a efetivação da educação voltada à equidade racial é o desenvolvimento de projetos pedagógicos que integrem conteúdos de matriz africana aos componentes curriculares. Essa incorporação não deve ser pontual ou restrita a datas comemorativas, mas deve assumir caráter contínuo e transversal, permeando as diferentes áreas do conhecimento e os diversos níveis de ensino. Malta *et al.* (2025) evidenciam que algumas instituições educacionais têm avançado nesse sentido ao implementar eventos culturais, narrativas orais e representações visuais que valorizam positivamente os sujeitos negros.

No entanto, essas estratégias precisam ser sustentadas por políticas públicas que promovam a formação inicial e continuada dos docentes, com ênfase na superação do racismo institucional e na valorização dos saberes africanos e afro-brasileiros. Malta *et al.* (2025) destacam que a eficácia das práticas pedagógicas antirracistas depende do fortalecimento da dimensão formativa dos professores,

de modo que possam atuar com segurança e criticidade diante das questões raciais que permeiam o cotidiano escolar.

Além disso, o combate ao racismo na escola requer o compromisso coletivo de todos os agentes que compõem a comunidade educativa. A construção de um ambiente escolar voltado à equidade racial não se dá de maneira isolada ou individualizada, mas demanda o envolvimento conjunto de professores, gestores, estudantes e famílias. Conforme assinalado por Malta *et al.* (2025), esse processo envolve o estabelecimento de espaços de escuta, diálogo e cooperação que rompam com o silenciamento histórico das populações negras no âmbito escolar.

Por outro lado, experiências educacionais situadas em contextos quilombolas têm demonstrado a potência de estratégias que aliam o currículo escolar à cultura local. O trabalho desenvolvido por Costa, Conceição e Costa (2025) evidencia como a integração entre as disciplinas e os elementos da tradição quilombola contribui para o fortalecimento da identidade étnico-racial dos alunos, ao mesmo tempo em que amplia o sentido social da aprendizagem. O projeto educativo analisado pelos autores contempla a interdisciplinaridade como princípio organizador das práticas pedagógicas.

Ademais, essas experiências reforçam a importância da produção de materiais pedagógicos próprios pelos próprios estudantes, como forma de estimular a autoria, a criatividade e o reconhecimento das suas origens. Desenhos, cartazes, textos e apresentações orais orientados pela valorização das raízes africanas constituem práticas que favorecem a construção de uma autoimagem positiva e contribuem para a desconstrução de estereótipos racializados. Essa perspectiva é também um modo de devolver protagonismo aos sujeitos historicamente subalternizados.

A mediação pedagógica, nesse contexto, desempenha papel central na articulação entre os conteúdos escolares e os referenciais culturais dos estudantes. A valorização das práticas culturais locais, como cantos, danças e festividades, confere sentido às aprendizagens escolares e estimula a apropriação crítica dos saberes. Essa articulação torna o processo educativo mais coerente com a realidade sociocultural dos estudantes, promovendo a ressignificação dos conteúdos curriculares à luz das experiências vividas.

Em contextos urbanos, a utilização de tecnologias digitais tem se mostrado uma estratégia eficaz para aproximar os alunos de conteúdos que problematizam o racismo e valorizam a diversidade. Santos, Almeida e Valim (2025) demonstram como ferramentas como vídeos, jogos e áudios podem potencializar o processo de alfabetização e letramento, especialmente quando articuladas a propostas antirracistas. Esses autores explicam que,

[...] a proposta metodológica apresentada no artigo buscou fomentar a construção de saberes por meio do uso de tecnologias digitais, aliando práticas pedagógicas antirracistas com o processo de alfabetização e letramento. Nesse sentido, os recursos utilizados visavam valorizar

a identidade das crianças, especialmente as negras, incorporando ferramentas como vídeos, áudios e jogos digitais que representassem positivamente essa população (Santos; Almeida; Valim, 2025, p. 233).

Tal abordagem evidencia que os meios tecnológicos, quando utilizados de forma crítica e intencional, podem contribuir para a transformação das práticas educativas e para a promoção da equidade racial. Além das tecnologias, a literatura infantil tem sido uma aliada importante na construção de práticas pedagógicas voltadas à equidade racial. Narrativas com protagonistas negros e enredos que abordam a resistência e a ancestralidade afro-brasileira ampliam as possibilidades de identificação e pertencimento dos alunos, conforme defendido por Santos, Almeida e Valim (2025). A escolha consciente de obras literárias é, portanto, um gesto político e pedagógico que contribui para o enfrentamento do racismo no cotidiano escolar.

Cabe destacar que tais práticas não ocorrem de maneira espontânea. Elas demandam planejamento intencional, reflexividade pedagógica e compromisso com a transformação das estruturas escolares. A organização das atividades em sequências didáticas, como propõem Santos, Almeida e Valim (2025), é uma estratégia que confere continuidade e coerência às ações educativas, favorecendo o desenvolvimento de competências críticas e a valorização das identidades étnico-raciais.

Com efeito, observa-se uma convergência entre os autores quanto à centralidade do protagonismo estudantil e da cultura local no processo de construção de práticas pedagógicas antirracistas. Ao mesmo tempo, diferenciam-se nas ênfases atribuídas aos instrumentos e metodologias. Enquanto Santos, Almeida e Valim (2025) destacam o uso de tecnologias digitais e literatura infantil, Costa, Conceição e Costa (2025) priorizam a integração curricular com os saberes quilombolas e a produção de materiais pelos próprios alunos.

Malta *et al.* (2025), por sua vez, enfatizam a relevância das políticas públicas para garantir condições institucionais e formativas à implementação dessas práticas. Os autores apontam que sem apoio governamental, formação continuada e materiais adequados, as estratégias pedagógicas perdem sustentabilidade e alcance. Assim, a ação pedagógica de combate às discriminações raciais não pode ser entendida como uma iniciativa isolada, mas como parte de um projeto educacional mais amplo.

Outro ponto comum entre os referenciais analisados é o reconhecimento de que a construção de uma educação antirracista implica o rompimento com lógicas escolares excludentes. Esse rompimento exige a mobilização de recursos, saberes e práticas que desafiem a normatividade branca, eurocêntrica e monocultural que ainda prevalece nas instituições educacionais brasileiras.

Em resumo, a efetividade das estratégias pedagógicas para a implementação da educação de promoção da justiça racial depende da articulação entre os diferentes níveis de atuação da escola: curricular, institucional, formativo e comunitário. Apenas com essa articulação será possível promover

uma educação que reconheça, respeite e valorize a diversidade racial, transformando o espaço escolar em um território de justiça e equidade.

6 IMPACTOS E DESAFIOS NA INTEGRAÇÃO DE PRÁTICAS ANTIRRACISTAS NA ESCOLA BÁSICA

A integração de práticas pedagógicas antirracistas na escola básica enfrenta desafios persistentes vinculados à estrutura excluente do sistema educacional brasileiro. Apesar da existência de dispositivos legais que regulamentam a abordagem das relações étnico-raciais no currículo, observa-se a resistência de segmentos institucionais em adotar uma perspectiva decolonial nas práticas pedagógicas. A negação da centralidade do racismo nas desigualdades educacionais compromete a efetividade das ações propostas.

Entre os entraves mais recorrentes, destaca-se a negligência por parte da gestão escolar, aliada à ausência de políticas de acompanhamento e ao predomínio de discursos meritocráticos. Conforme Malta *et al.* (2025, p. 48),

[...] a implementação de práticas pedagógicas antirracistas ainda enfrenta resistências institucionais, como a negligência por parte de gestores, ausência de políticas de acompanhamento e a permanência de discursos meritocráticos que invisibilizam as desigualdades raciais no ambiente escolar.

Tais elementos fragilizam as iniciativas voltadas à equidade racial. Ademais, a limitação das práticas antirracistas a momentos pontuais, como datas comemorativas, evidencia a superficialidade com que essas temáticas são, muitas vezes, tratadas. Malta *et al.* (2025) alertam para a necessidade de integração contínua e transversal dessas ações ao currículo, às relações escolares e às estruturas institucionais. Sem esse esforço, perde-se a possibilidade de promover mudanças estruturais no ambiente educativo.

A ausência de mecanismos de avaliação e financiamento adequados constitui outro fator que compromete a efetivação dessas práticas. A falta de recursos impede a continuidade de projetos, tornando as ações esporádicas e desarticuladas. Nesse sentido, Malta *et al.* (2025) argumentam que a institucionalização de práticas de promoção da justiça racial exige planejamento, recursos estáveis e indicadores que possibilitem sua mensuração e aprimoramento.

No campo pedagógico, a carência de materiais didáticos contextualizados e comprometidos com a valorização da cultura afro-brasileira ainda é um obstáculo relevante. Costa, Conceição e Costa (2025) identificam a predominância de conteúdos eurocentrados, que negligenciam a diversidade étnico-racial brasileira e reforçam estereótipos. Essa lacuna compromete a qualidade do ensino e limita as possibilidades de construção de uma educação plural.



Outro desafio reside na formação dos profissionais da educação. Muitos docentes demonstram insegurança ao abordar questões raciais, seja por desconhecimento, seja por receio de controvérsias. Santos, Almeida e Valim (2025) enfatizam a importância da formação continuada como ferramenta de superação da reprodução de práticas discriminatórias. A ausência de preparo adequado compromete o desenvolvimento de abordagens críticas e fundamentadas.

A estrutura escolar vigente, baseada em valores eurocêntricos, dificulta a incorporação de outras epistemologias e narrativas históricas. Costa, Conceição e Costa (2025) ressaltam que a superação desse padrão exige um trabalho pedagógico sistemático, voltado à articulação entre os saberes escolares e os conhecimentos oriundos das comunidades tradicionais. Tal articulação contribui para o reconhecimento das culturas marginalizadas e para o fortalecimento das identidades étnicas dos estudantes.

Apesar desses desafios, há experiências que demonstram avanços significativos. Em contextos de escolas quilombolas, por exemplo, ações voltadas à valorização da ancestralidade e das histórias locais têm promovido a elevação da autoestima dos estudantes e fortalecido o vínculo com a escola. Costa, Conceição e Costa (2025) apontam que a incorporação desses elementos torna o espaço escolar mais inclusivo e coerente com os princípios da justiça social.

Outras iniciativas bem-sucedidas também têm sido observadas em contextos urbanos. Santos, Almeida e Valim (2025) relatam que o uso de metodologias interativas e de tecnologias digitais contribuiu para o engajamento dos alunos e para o tratamento pedagógico qualificado de temáticas raciais. Essas experiências indicam que a inovação metodológica pode ser aliada da educação antirracista, desde que orientada por princípios críticos e democráticos.

O envolvimento coletivo da comunidade escolar é outro fator decisivo para a integração das práticas de combate às discriminações raciais. Conforme argumentam Santos, Almeida e Valim (2025), a transformação institucional depende do engajamento articulado entre professores, estudantes, gestores e famílias. O compromisso coletivo torna-se condição para que as ações superem a superficialidade e adquiram legitimidade no contexto escolar.

Nesse sentido, Costa, Conceição e Costa (2025) enfatizam o papel estratégico da comunidade local, especialmente em contextos periféricos e quilombolas. O apoio das famílias e lideranças comunitárias fortalece a identidade dos estudantes e assegura a continuidade das iniciativas. A valorização dos saberes locais amplia o repertório pedagógico e confere pertinência cultural ao currículo.

Entretanto, persistem dificuldades vinculadas à estrutura do sistema educacional, como a sobrecarga de trabalho docente e a desarticulação entre as diretrizes curriculares e as realidades escolares. Santos, Almeida e Valim (2025) indicam que a fragmentação das políticas públicas

compromete a implementação de práticas consistentes. A descontinuidade e a falta de integração entre os níveis de gestão enfraquecem os efeitos das políticas de promoção da equidade racial.

Para enfrentar tais obstáculos, é necessário que as ações antirracistas sejam concebidas como parte de um projeto político-pedagógico amplo, que integre formação docente, recursos materiais, participação comunitária e compromisso institucional. Malta *et al.* (2025) sustentam que a sustentabilidade dessas práticas depende da articulação entre diferentes dimensões da escola, com vistas à superação das desigualdades historicamente constituídas.

Ainda assim, os impactos positivos já observados indicam que a escola tem potencial para se tornar um espaço de valorização da diversidade e de combate ao racismo. Malta *et al.* (2025, p. 48) destacam que

[...]mesmo diante das adversidades, experiências exitosas indicam avanços na construção de espaços escolares mais democráticos, nos quais estudantes negros se sentem representados, fortalecendo o senso de pertencimento e contribuindo para o enfrentamento das discriminações cotidianas.

Conclui-se, portanto, que a efetivação das práticas voltadas à equidade racial na escola básica exige mais do que boas intenções: requer planejamento sistemático, ações articuladas, financiamento adequado e compromisso ético-político das instituições. A construção de uma escola antirracista é um processo contínuo, que envolve a revisão de práticas, a valorização de saberes silenciados e a promoção ativa da justiça social como princípio educacional.

7 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

Os resultados obtidos a partir da análise dos estudos indicam que a implementação de práticas pedagógicas voltado à equidade racial na escola básica promove efeitos positivos no reconhecimento identitário dos estudantes negros, especialmente quando articuladas à valorização dos saberes comunitários e à cultura local. A presença de conteúdos curriculares que integram a história e as contribuições das populações afro-brasileiras revelou-se um fator relevante para o fortalecimento do sentimento de pertencimento, da autoestima e do engajamento dos alunos nas atividades escolares. Tais práticas, ao romperem com a hegemonia eurocêntrica, permitiram a emergência de novos sentidos atribuídos ao espaço escolar.

Essa constatação evidencia o potencial das escolas como instituições promotoras de justiça social e equidade racial, desde que pautadas por diretrizes pedagógicas comprometidas com a superação das desigualdades estruturais. Observou-se que as estratégias bem-sucedidas compartilham características como a formação continuada de docentes, o uso de metodologias interativas e a integração entre escola e comunidade. Esses elementos, ao atuarem de maneira conjunta, contribuem

para a construção de um ambiente educativo plural e inclusivo, em consonância com os estudos de Malta *et al.* (2025), Costa, Conceição e Costa (2025) e Santos, Almeida e Valim (2025).

Além disso, verificou-se que as iniciativas pedagógicas que articulam tecnologias digitais, literatura de temática racial e produções estudantis possuem maior potencial de engajamento e impacto sobre os alunos, especialmente em contextos urbanos. Tais estratégias ampliam o repertório dos estudantes e promovem a descolonização do currículo. Conforme argumentam Santos, Almeida e Valim (2025), o uso desses recursos favorece a construção de aprendizagens significativas e o enfrentamento de representações negativas acerca das populações negras.

Entretanto, os dados também revelaram limitações importantes no estabelecimento das práticas antirracistas. A carência de materiais didáticos específicos, a sobrecarga de trabalho docente e a desarticulação entre as políticas públicas e o cotidiano escolar comprometeram a continuidade e a profundidade das ações. Conforme apontam Malta *et al.* (2025), essas fragilidades estruturais refletem a ausência de um compromisso político mais amplo com a equidade racial no sistema educacional brasileiro, o que repercute na baixa institucionalização das práticas de combate às discriminações raciais.

Outro aspecto a ser considerado refere-se à resistência de alguns setores da comunidade escolar à abordagem de temáticas étnico-raciais. Em determinadas escolas, observou-se que o racismo é ainda tratado como um tema controverso, o que leva à omissão institucional e à superficialidade nas ações. Essa resistência, longe de ser apenas individual, está ancorada em uma cultura escolar ainda marcada por valores excludentes. Costa, Conceição e Costa (2025) ressaltam que essa estrutura eurocêntrica só será superada mediante a revisão crítica dos paradigmas que sustentam o currículo e a prática pedagógica.

Um dos resultados inesperados foi o impacto que as práticas pedagógicas voltadas à valorização da cultura afro-brasileira exercem sobre os próprios profissionais da educação. Em algumas experiências, identificou-se que os docentes, ao serem convidados a revisitar suas próprias trajetórias identitárias e ampliar sua formação, passaram a adotar posturas mais reflexivas e engajadas. Embora esse fenômeno não estivesse inicialmente previsto como foco da análise, ele confirma a tese de que a educação voltada à equidade racial tem potencial transformador não apenas para os estudantes, mas também para os educadores. Tal interpretação é corroborada pelos argumentos de Santos, Almeida e Valim (2025), ao afirmarem a necessidade de formação contínua e crítica dos professores.

As limitações observadas neste estudo, no entanto, não invalidam os resultados obtidos, mas sinalizam a necessidade de aprofundamento em algumas dimensões. Uma das principais restrições metodológicas refere-se à concentração das experiências analisadas em contextos escolares específicos, o que impede generalizações. Malta *et al.* (2025) reconhecem que as práticas antirracistas

ainda são incipientes em diversas regiões do país, o que demanda investigações mais amplas e diversificadas, capazes de mapear realidades distintas.

Diante desse cenário, recomenda-se a ampliação de estudos empíricos que examinem os efeitos de políticas públicas voltadas à equidade racial na educação básica, especialmente aquelas implementadas em contextos de vulnerabilidade social. Também se indica a necessidade de pesquisas que investiguem a recepção, por parte dos estudantes, de combate às discriminações raciais, com vistas a compreender os sentidos atribuídos às ações por aqueles que são diretamente impactados por elas. O aprofundamento dessas dimensões poderá contribuir para o refinamento teórico-metodológico da área e para o fortalecimento das políticas educacionais comprometidas com a justiça racial.

Por fim, evidencia-se que a educação de promoção da justiça racial, embora enfrente entraves institucionais e estruturais, apresenta um conjunto de possibilidades pedagógicas capazes de transformar o espaço escolar em um ambiente mais equitativo. Para tanto, é imprescindível o engajamento de todos os atores da comunidade escolar, a formulação de políticas públicas estruturantes e o investimento em formação docente continuada, como demonstrado pelos referenciais utilizados ao longo deste estudo.

8 CONCLUSÃO

O estudo desenvolvido teve como propósito examinar as estratégias pedagógicas voltadas à promoção da equidade racial na educação básica, com foco na análise dos fundamentos legais, das práticas educativas implementadas e dos desafios enfrentados no cotidiano escolar. A partir da articulação entre referencial teórico, análise documental e sistematização de experiências educativas, foi possível responder às perguntas formuladas na introdução e na metodologia, as quais buscavam compreender de que forma a escola pode contribuir para o enfrentamento das desigualdades étnico-raciais por meio de ações educativas consistentes.

Ao retomar os objetivos inicialmente propostos, constata-se que a pesquisa alcançou êxito em mapear os principais dispositivos legais que sustentam a inclusão das temáticas étnico-raciais no currículo escolar, evidenciando o papel normativo da legislação como base para a promoção de práticas educativas voltadas à justiça racial. Do mesmo modo, foi possível identificar estratégias pedagógicas eficazes que, ao valorizarem os saberes de matriz africana e promoverem a representatividade no ambiente escolar, contribuem para o fortalecimento identitário dos estudantes e para o desenvolvimento de uma educação mais inclusiva.

Os resultados também demonstraram que a implementação de ações educativas de combate à discriminação racial, embora respaldada por diretrizes legais, ainda enfrenta obstáculos relevantes, como a escassez de recursos didáticos, a fragilidade na formação dos docentes e a resistência de setores

escolares à discussão sobre as relações étnico-raciais. Tais limitações, porém, não anulam os avanços observados em experiências que integraram cultura local, participação comunitária e metodologias inovadoras no processo de ensino-aprendizagem.

No que tange às contribuições da pesquisa, destaca-se o reconhecimento de que as práticas educativas voltadas à valorização da diversidade racial, quando planejadas de forma transversal e contínua, têm potencial de transformação das dinâmicas escolares e de enfrentamento das desigualdades estruturais. Ao analisar experiências bem-sucedidas em diferentes contextos, a pesquisa evidenciou que a escola pode assumir papel ativo na promoção de um ambiente educativo comprometido com os princípios da igualdade e da dignidade humana.

Entretanto, o estudo também apontou lacunas que merecem aprofundamento. Dentre elas, destaca-se a necessidade de investigações que explorem a percepção dos próprios estudantes sobre as práticas educativas relacionadas à diversidade étnico-racial, bem como pesquisas que analisem a eficácia de programas de formação docente voltados ao combate ao racismo no cotidiano escolar.

Com base nas limitações identificadas, recomenda-se que pesquisas futuras ampliem o escopo geográfico e institucional das análises, contemplando realidades escolares variadas, incluindo áreas rurais e escolas indígenas, a fim de compreender com maior abrangência os efeitos das ações educativas direcionadas à promoção da igualdade racial. Do mesmo modo, torna-se relevante a produção de estudos que relacionem políticas públicas educacionais, práticas de gestão escolar e formação inicial dos professores no que se refere à superação do racismo institucional.

Conclui-se, portanto, que a efetivação de práticas pedagógicas de enfrentamento às desigualdades raciais na escola básica requer ações integradas, compromisso político-institucional e investimento sistemático em políticas educacionais que promovam a pluralidade cultural como valor educativo. O aprofundamento dessas dimensões constitui tarefa imprescindível para a construção de uma escola democrática, inclusiva e alinhada aos princípios constitucionais de justiça social.

REFERÊNCIAS

COSTA, J. N. de L. da; CONCEIÇÃO, G. T.; COSTA, M. P. da. Educação antirracista: experiências de práticas pedagógicas desenvolvidas em uma escola quilombola no Baixo Acará-PA. Olhares & Trilhas, v. 27, n. 1, p. 1-19, 2025.

GOMES, N. L. Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). Superando o racismo na escola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MALTA, D. P. L. N. et al. Educação antirracista: práticas e políticas para uma sociedade equitativa. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 11, n. 1, p. 33-50, 2025.

NARCISO, R.; SANTANA, A. C. de A. Metodologias científicas na educação: uma revisão crítica e proposta de novos caminhos. ARACÊ, v. 6, n. 4, p. 19459-19475, 2025.

SANTANA, A. C. de A.; NARCISO, R.; FERNANDES, A. B. Explorando as metodologias científicas: tipos de pesquisa, abordagens e aplicações práticas. Caderno Pedagógico, v. 22, n. 1, e13333, 2025.

SANTOS, K. S. P.; ALMEIDA, V. E.; VALIM, R. L. Práticas antirracistas e tecnologias digitais: um caminho para a alfabetização e letramento no ensino fundamental. Revista Em Favor de Igualdade Racial, v. 8, n. 3, p. 227-242, 2025.